

RODOVIÁRIA

De *cauimo*
**Amanhã Iphan
 diz se autoriza
 a retomada de
 obra da reforma**

O presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Glauco Campelo, vai informar ao governo do Distrito Federal até amanhã se autoriza ou não a retomada das obras da rodoviária do Plano Piloto. A reforma foi suspensa há dois dias, depois que a empresa responsável pela obra demoliu a laje da plataforma superior do terminal sem a autorização do Iphan, guardião legal do tombamento de Brasília.

Campelo ainda não recebeu as informações dos técnicos que estão fiscalizando a obra para dar sua palavra final, mas não acha que o governo feriu as leis de tombamento. "Vamos supor que houvesse uma janela apodrecida em um edifício colonial e que ela fosse substituída por uma de mesmo material e estilo. Isso não muda a concepção original do projeto", compara Glauco Campelo. "O caso da laje da rodoviária é semelhante. A laje pode ser demolida e reconstruída desde que os aspectos fundamentais sejam respeitados. É uma questão de interpretação da lei", continua. Apesar disso, ele pondera que a demolição foi uma atitude precipitada do governo do Distrito Federal e que as obras só serão retomadas depois que o projeto de substituição da laje for aprovado.

Mas para o arquiteto Carlos Magalhães — secretário de Obras do governo José Aparecido e presidente do Iphan na gestão de Joaquim Roriz — e para o procurador da República Antônio Carlos Bigonha, o governo desrespeitou as leis de tombamento, que estabelecem como crimes os atos de destruir, inutilizar ou deteriorar bem tombado. A pena prevista é detenção de seis meses a um ano. Além de entrar com uma ação na justiça, Bigonha acionou a Polícia Federal, que abriu um inquérito policial para apurar se houve descaracterização do patrimônio tombado.

"O arquiteto Glauco Campelo fala da questão da demolição da laje com um ar tão *blazé* que chega a ser displicente. As coisas estão acontecendo debaixo do nariz dele e ele não enxerga. Já devia ter embargado a obra da rodoviária há muito tempo. Preservar e demolir são duas coisas antagônicas", critica Carlos Magalhães.

Glauco Campelo alega que não foi necessário um embargo porque o governo atendeu a solicitação de suspender a obra até que o Iphan aprove um projeto de reconstrução da laje demolida. "Estou com a consciência do dever cumprido. O nosso esforço é grande e o resultado é positivo tanto em Brasília quanto no resto do Brasil", responde Glauco.

As críticas de Carlos Magalhães não param no Iphan. "Como é que o secretário de Obras (Hermes de Paula) pode dizer que uma laje não tem importância nenhuma? Ele só está pensando no valor comercial de uma obra como essa e não no valor cultural. Não é possível que o governador Cristovam esteja vendo tudo isso e fique calado. Ele deve estar sendo enganado", diz Magalhães, que entrou com uma interpelação judicial no Tribunal de Justiça do DF contra o secretário de Obras que o acusou de ter motivações políticas ao questionar a legalidade da reforma da Rodoviária do Plano Piloto.

"O governador acompanha toda a obra de perto. Estamos preocupados com a comunidade, principalmente com quem anda de ônibus. Nós estaríamos enganando o povo se estivéssemos tentando restaurar uma estrutura irre recuperável", rebate o secretário Hermes de Paula.